

A presença estatal na economia

IGNÁCIO M. RANGEL

2/87
10.01.87
(opinião)

Periodicamente a cena política brasileira é incandescente pela polêmica estatismo versus privatismo. Subjacente a essas vagas de fundo periódicas, ao modo de epidemia — como atualmente — a polêmica se mantém, endemicamente, isto é, as duas "escolas", que também poderíamos denominar de "seitas", têm seus mestres ou sumos sacerdotes, que estão sempre a trocar raios e trovões de sapiência ou de excomunhões.



Entretanto, quando a presente batalha por fim houver cessado, podemos estar certos de que, no vigoroso organismo econômico do Brasil, ao lado de um setor público, teremos um setor privado. E podemos estar certos, ainda, de que o sistema terá sido reformado e redividido, num complicado metabolismo que levará à privatização de certas atividades, de par com a estatização de outras. Tem sido sempre assim, desde a Independência, cuja mudança fundamental foi a privatização do comércio exterior, antes um estanco da Coroa de Portugal.

Não é fácil dizer se, ao cabo dessas mudanças, aumentou o peso do setor público ou do setor privado. O que é certo é que haverá troca de substância entre ambos, de tal forma que vamos liquidando o nosso atraso relativamente aos países de vanguarda da humanidade, o chamado

"centro dinâmico", do qual somos periferia. De tempos em tempos muda o "centro", sendo o antigo substituído por outro, mais avançado ainda, mas o Brasil trocará de centro, fato que suscita novos problemas, que devem ser resolvidos por reformas internas que nos permitam comportar-nos como se torna mister em relação ao novo "centro".

Desde que teve início nossa industrialização, na esteira da grande depressão mundial, que resultaria na substituição da Europa pelos Estados Unidos na condição de "centro dinâmico", em torno do qual deveríamos passar a gravitar, nossa vida econômica tem sido sacudida por movimentos cíclicos aproximadamente decenais — parentes próximos dos ciclos de Juglar tão típicos da vida econômica européia do século 19. Ao se pronunciar a fase recessiva, passagem obrigatória de um ciclo para outro, reacende-se a contenda entre o privatismo e o estatismo. O setor privado, sentindo-se apertado na área do sistema que lhe havia sido distribuída no ciclo anterior, por falta de oportunidades de investimento, reivindica novas áreas, tomando-as ao setor público.

Eventualmente, pelas vias do fisco e do crédito, o excedente econômico a resultar de um emprego mais pleno da capacidade produtiva do setor privado, é parcialmente transferido para o setor público, o que sustenta temporariamente a conjuntura, evitando que o dividendo social decline

abaixo do nível da 'renda básica'. O sistema, entretanto, é posto sob tensão e a privatização de certas atividades entra na ordem natural das coisas. Do ponto de vista político isso significa que já não são apenas os fanáticos da privatização que se batem por esta, mas, mais ou menos conscientemente, camadas sociais e estamentos cada vez mais amplos. Como está acontecendo agora.

Do ponto de vista macroeconômico seria indiferente saber que atividades devem ser privatizadas, desde que se reduza a pressão sobre a capacidade de formação de capital do setor privado. Mas outras circunstâncias devem ser consideradas, inclusive o amadurecimento tecnológico do setor privado e as condições institucionais vigentes. Que sentido teria tido, com efeito, há vinte anos, propor a privatização dos serviços ferroviários ou de eletricidade, os quais estão passando claramente para a ordem do dia?

Não cabe nos limites deste artigo o aprofundamento dessa questão. Basta reter que, uma vez privatizadas certas atividades, o setor público é, por sua vez, submetido à pressão, devendo, afinal, aceitar novos encargos, de escasso ou nulo interesse para o setor privado, mas que, inclusive do ponto de vista deste, são essenciais. Por exemplo, o mesmo processo que transferiu para o setor privado a produção de automóveis e bens duráveis de consumo, lançou sobre o regaço do Estado o suprimento de

aço e de eletricidade, e nada disso aconteceu por acaso, mas segundo uma ordem rigorosa, dialeticamente.

Entre os grandes serviços de utilidade pública encontram-se, presentemente, as atividades a privatizar preferencialmente. Não viria sem tempo que empreendêssemos uma revisão da legislação que governa esses serviços. Isso nos pouparia muitos dissabores. A legislação que aí está envelheceu, arcaizou-se.

Por outro lado, o Estado deverá assumir novas funções, cujo enquadramento institucional também deve ser revisto, e pena é que em vez de cogitarmos disso, estejamos distraído a atenção do corpo social para miríficos "pactos sociais", difíceis de explicar quando acabamos de eleger uma Assembléia Constituinte com a incumbência formal de formalizar um novo pacto social.

Para que o setor privado possa desincumbir-se das novas funções que está na iminência de receber, o Estado e o setor público deverão preparar-se para suas novas funções, especialmente nos campos do crédito e do comércio exterior. Isto sem falarmos numa reforma agrária, muito diferente dessa que estamos discutindo agora, e que verdadeiramente abra a porta para o novo pacto social, isto é, para a nova "dualidade".

IGNÁCIO DE MOURÃO RANGEL, 72, é economista, membro do Conselho Federal de Economia e autor do livro "A Inflação Brasileira".